

**ILUSÃO E DESILUSÃO DRÁSTICA: ORIGENS POSSÍVEIS DA INTOLERÂNCIA NO DEBATE
POLÍTICO ATUAL¹**

Ricardo Gomides

Após escrever, reescrever, debater com colegas para novamente escrever e reescrever, noto uma dificuldade ímpar na realização desse trabalho. Uma dificuldade proporcional à necessidade de concluí-lo. Tentar elaborar os efeitos que a mim causaram os descaminhos políticos brasileiros dos últimos meses não é fácil. Atravessamos notícias contraditórias, revelações bombásticas com múltiplos interesses, negações veementes e ataques odiosos de parte a parte dos grupos políticos antagônicos. Talvez daí, deste caldo quase intragável de absurdos políticos, violência e ódio, surja a necessidade de se tentar alguma elaboração pessoal.

Como não sou cientista político as perguntas de que posso tratar versam sobre vida psíquica. O que teria provocado reações psíquicas tão intensas? De onde teria surgido este ódio polarizado que objetifica e desqualifica o outro? De que maneira as ações de nossos governantes poderiam ter colaborado nestes efeitos? Quais movimentos psicológicos foram postos em marcha durante a travessia dessa tormenta? Em especial, o grupo que mais me surpreende é justamente o de alguns antigos eleitores do Partido dos Trabalhadores. Pessoas que, diante das dificuldades econômicas e das notícias assombrosas de corrupção, tornaram-se críticos mordazes deste partido e seus líderes, colaborando veementemente no discurso de ódio veiculado entre os opositores ao PT.

Se tais são as perguntas próprias à nossa seara psicológica, convenhamos, ainda assim são por demais amplas. Talvez uma restrição de partido auxilie em meu avanço. Qual partido teórico defenderei? É necessário dizê-lo logo, antes que o solo contaminado da suspeita faça-nos esquecer teoria e pensar em grupo político: assumirei o partido teórico da psicanálise implicada.

Esta proposta de investigação foi sugerida por Frayze-Pereira (2005) no artigo “A flutuação do olhar: Artes Plásticas e Psicanálise Implicada”. Seu propósito foi qualificar a

¹ Este trabalho não seria possível sem o apoio, a acolhida generosa e colaborativa do Grupo de Estudos de Winnicott do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Na figura da interlocutora Renata Udler Cromberg estendo minha gratidão a todos os colegas. Também agradeço à Mara Caffé pela escuta e debate tão férteis quando estas ideias estavam ainda se organizando.

investigação psicanalítica de obras de arte, superando a psicanálise aplicada. Em poucas palavras, a aplicação direta dos conceitos psicanalíticos aos objetos artísticos pouco contribuía tanto à arte quanto à psicanálise, pois diagnosticar artistas ou reconhecer a existência de conflitos sublimados nas obras pouco revela. Esta ação denotava uma espécie de cegueira dos psicanalistas para com as obras, pois tudo o que enxergavam eram os conceitos psicanalíticos e não os traços da forma plástica. De outro modo, valendo-se da maneira de pensar psicanalítica, que interpreta o singular pelo singular, pode-se chegar a uma interpretação que percorra as associações do analista, revelando também os “efeitos da obra sobre sua própria subjetividade (FRAYZE-PEREIRA, 2005, p. 77). A partir da implicação do analista no trabalho de olhar uma obra, deixando-se afetar por ela e seguindo seus caminhos associativos em diálogo com a materialidade analisada, surgirá uma interpretação que traz as marcas de uma construção de sentido e não revelação de qualquer verdade última. Neste trabalho arriscado não aplica-se imparcialmente certo conhecimento sobre o fenômeno, mas implica-se nos efeitos do fenômeno sobre nós, assumindo uma maneira de pensar psicanalítica que deixa as associações comporem um sentido único a cada encontro.

No meu caso, não será uma obra de arte o objeto a me afetar. Apresentarei os efeitos dos acontecimentos políticos recentes, reunindo as associações de que fui capaz, para daí apresentar uma interpretação que dê conta desta minha experiência psíquica. Como se vê, não pretendo de modo algum ter uma última palavra sobre assunto tão complexo. Tampouco abro mão de outros analisadores para fenômeno multideterminado. Apenas deixo aos historiadores ou economistas o que compete a eles compreender. De minha parte, implicado pelo problema político em função dos efeitos psíquicos que me causaram, percorro minhas associações para formar uma interpretação. Ao menos de minha parte, posso atestar que onde uma produção psíquica ganhou a forma do pensável e comunicável, ali uma cura se produziu. Pensar e comunicar restitui ao tecido psíquico, às vezes esgarçado pela dor e incongruência, capacidade de movimento e sustentação aos nossos sofrimentos.

A situação que me implicou inarredavelmente neste trabalho foi bem específica: a condução coercitiva do ex-presidente Lula para depoimento na Política Federal em março

de 2016. Acordar e acompanhar aquela ação policial, com sua espetacularização midiática que tomava todos os telejornais me assombrou. Várias cenas ficaram marcadas por seu ineditismo e intensidade: um ex-presidente sendo levado pela polícia, o assomo inflamado de pessoas em conflito, tanto na porta do apartamento de Lula quanto no aeroporto de Congonhas, os festejos de um lado, a indignação virulenta de outro. O embate político corporificado em socos no meio de uma via pública, as notícias sendo produzidas durante aquela ocorrência, cujo propósito declarado era evitar conflitos enquanto estes se multiplicavam desorganizadamente. Tudo isso me invadiu, deixando-me perplexo. Ao chegar ao consultório, diante do cumprimento de meu paciente, não consegui só retribuir ao “bom dia”, comentando como aquele era um dia difícil. A custo voltei ao eixo, tentando retomar minha capacidade de escuta após o choque daquela manhã.

A repercussão desta ação policial, o discurso combativo de Lula que incitava seus grupos a incendiar o país, posicionado na matriz da vitimização, criou uma incongruência tamanha. Isto porque, em paralelo à vitimização, tínhamos como pano de fundo revelações de uma lógica industrial de corrupção posta em marcha especialmente na Petrobrás. Planificada, organizada, esta lógica transformava licitações em fraude e doação eleitoral em pagamento de propina advinda da convivência a estas fraudes.

Lembrei-me de uma entrevista do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto (ESTADÃO, 2015), respondendo com simplicidade a respeito da ação do tesoureiro do PT em busca de doações. Disse ele: “As empresas estão ganhando dinheiro. Ninguém precisa corromper ninguém. Funciona assim: 'Você está ganhando dinheiro? Estou. Você pode dar um pouquinho do seu lucro para o PT? Posso, não posso.’” E ainda: “No Brasil, infelizmente, é assim. Todo mundo corrompe um pouquinho. Nego atravessa pelo acostamento; nego fala no telefone celular; dá um dinheirinho ali para o guarda. A gente tem uma cultura de comprar facilidade, que é ruim” (ESTADÃO, 2015). Na relação entre empreiteiras e Petrobras teria ocorrido esta organização: venda de facilidades para ganhar licitações e aprovar aditivos, com a contrapartida de recebimento de uma porcentagem destes lucros na forma de doação ao partido. Uma forma de corrupção limpa, para ficar em eufemismos.

A incongruência vinha entre o discurso vitimizado e agressivo de Lula, obviamente sob um pano de fundo no qual se encontrava interesses de atacar o governo da presidente Dilma, mas também sob um extenso inventário de corrupção cuja lógica parece muito simples: obter parte do lucro de empresas privadas que trabalham para uma empresa pública. O problema é fazer esta empresa pública operar para favorecer empresas privadas, trazendo benefícios às empreiteiras e aos partidos de apoio, não importando o prejuízo ao país.

Não acredito que este esquema seja inédito ou tenha sido inventado pelos governos petistas. Mas não é disto que se trata aqui. O efeito deste choque incongruente entre vitimização e corrupção revelada, com incitamento ao combate e negação veemente de responsabilidades, gerou em mim o que pude chamar de desilusão. Uma desilusão drástica. Notem que não pretendo fazer aqui uma análise da conjuntura política que trouxe à tona tantos fatos, apenas acompanhar seus efeitos em minha subjetividade, para dar forma aos movimentos interpretativos do singular pelo singular.

Neste ponto, a partir do conceito de desilusão o pensamento de Winnicott (1975) surgiu associativamente, exigindo o par complementar da ilusão que o antecede. Sob esta chave interpretativa formou-se a construção de sentido que é o cerne deste trabalho. Vejamos.

Winnicott (1975, p. 15) sugere ser possível “reunir e formar um grupo com base na similaridade de nossas experiências ilusórias”. Sem tratar de movimentos políticos ele cita apenas a reunião religiosa, a fruição artística ou o compartilhamento de ideias filosóficas como tributários da ilusão. A união grupal decorreria da área intermediária de experiência “para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa” (WINNICOTT, 1975, p.15), fazendo com que um objeto externo, por exemplo, possa ser percebido em sua materialidade por duas pessoas, que se referem a ele em seus discursos, apesar de subjetivamente o mesmo objeto possuir significações distintas. O convívio pacífico entre duas pessoas reunidas por um mesmo interesse decorreria do não questionamento à ilusão singular imiscuída no objeto em comum. Forçar o outro a compartilhar da mesma ilusão seria uma “marca distintiva da loucura” (WINNICOTT, 1975, p. 15). Às ilusões caberia respeito, sem exigir demais da credulidade alheia.

Nos grupos políticos podemos dizer que há o componente da ilusão, fazendo com que pessoas possam se referir a um mesmo líder tomando-o sob matizes ilusórios completamente distintos. No caso em questão é fácil, mesmo entre os defensores de Lula, por exemplo, encontrarmos quem o defenda como a “alguém da família”, como o “pai dos pobres” ou como um líder perseguido pela “direita fascista”. Estas falas, reveladoras da experiência ilusória, coexistiram nos embates travados na porta do apartamento de Lula, quando de sua condução coercitiva. Silenciosas, inquestionadas, fizeram ficar lado a lado pessoas que para lá se dirigiram, cada uma defendendo objetivamente o mesmo ex-presidente, fosse ele recoberto pela ilusão de ser um familiar, um pai ou um homem perseguido injustamente.

Em meu caso, a parcela de ilusão que me uniu ao grupo de seus eleitores, tomava o ex-presidente até então como um líder alinhado ao pensamento esquerdista, comprometido com a transformação do Brasil em um país mais justo socialmente. Ouvi-lo nos movimentos sociais de oposição ao governo Fernando Henrique, nas campanhas eleitorais perdidas e naquela em que enfim se elegeu presidente da república em 2002, despertava-me esperanças de justiça, distribuição de renda e compromisso com interesses sociais em um governo idôneo.

Como bem salientou Winnicott (1975), não há como ocorrer uma desilusão sem que primeiro ocorra uma ilusão. Note-se que faço um jogo interpretativo levando conceitos de Winnicott para um campo de significado distante de sua origem: da relação mãe-bebê para a relação eleitor-líder político. Em seu estudo o psicanalista versa sobre a desilusão conduzida pela mãe após a ilusão de onipotência surgida no bebê graças à adaptação ativa feita pela mãe às necessidades de seu filho. A justaposição quase perfeita daquilo que o bebê precisa, no momento em que ele estaria pronto para criar aquilo que o satisfaria, produziria esta ilusão de onipotência, quase como se esta fosse “um fato da experiência” (WINNICOTT, 1975, p. 26).

A ilusão se sustenta em um aporte de realidade concreta da qual o bebê não tem consciência. Esse débito para com a realidade, a percepção da mãe como objeto separado do bebê e o reconhecimento da dependência para com o outro será resultado de um trabalho da mãe em desiludir seu bebê. A necessária e gradual desilusão só poderá ocorrer

se inicialmente houver a ilusão de onipotência. Será uma decorrência da desilusão o incremento de outros processos psíquicos, como o desenvolvimento do sentido de processo, os primórdios da atividade mental, o autoerotismo, o uso do fantasiar, recordar, reviver, bem como rudimentos das noções temporais de presente, passado e futuro (WINNICOTT, 1975, p. 25).

Mesmo reconhecendo os limites que impedem uma transposição direta do conceito de ilusão, penso que ainda assim o caminho associativo permite construirmos uma interpretação interessante. Passo a reconhecer variáveis infantis na ilusão que sustenta formações políticas tão extensas quanto aquelas que elegem um presidente da república. Não só de investidura paterna sobrevive um político, cabendo-nos pensar se uma ilusão de onipotência materna não participaria dos vínculos entre cidadãos e seus governantes. Talvez exista um tanto de atribuição de onipotência a estas figuras que, durante as campanhas eleitorais, pretendem demonstrar os poderes da onisciência e onipotência, expondo soluções para todos os problemas nacionais. Penso que o trabalho de marketing político, criando programas de governo e treinando candidatos para fornecer respostas prontas e infalíveis a qualquer questão, colabore na identificação que transformará em voto a atribuição infantil de onipotência aos líderes políticos.

Se, na esteira teórica winnicottiana temos a passagem da ilusão à desilusão constitutiva do psiquismo, também no campo político deveríamos passar da ilusão de onipotência eleitoral para a desilusão progressiva que favorecesse o amadurecimento político dos cidadãos. Diante dos limites da realidade compartilhada, com os determinantes temporais e materiais que nos obrigariam a entender as transformações como resultado de processos, a desilusão colaboraria para um melhor entendimento do jogo político como um contínuo negociar. Desiludir, neste sentido, equivaleria a um distanciamento da onipotência eleitoreira, assumindo compromissos com o princípio de realidade, este que exige tolerâncias às frustrações na busca por realizações que podem ser postergadas para que se tornem duradouras. Além disso, apresentar-se limitado, permitiria aos cidadãos lidarem com seus governantes como “objetos reais”, “o que equivale a dizer, tão odiados quanto amados” (WINNICOTT, 1975, p. 25).

Neste ponto começamos a nos distanciar dos caminhos que fariam a desilusão se tornar benéfica ao processo de amadurecimento político, uma vez que nossos governantes demonstram não quererem ser tratados como objetos reais. Preocupados com os “índices de satisfação e popularidade”, é como se desejassem ser apenas amados. A esse respeito, diz-nos o psicanalista inglês: “a adaptação exata se assemelha à magia, e o objeto que se comporta perfeitamente não se torna melhor do que uma alucinação” (WINNICOTT, 1975, p. 25).

Assim, a insistência de nossos políticos na posição infantilizada dos eleitores, materializada no interesse único de serem amados, traria a reboque a exigência de prover tudo aquilo que prometeram. De modo complementar, caso a população quisesse manter um vínculo ainda nos moldes da ilusão de onipotência, deveria alucinar governantes que tudo proviessem e nunca cometessem erros, particularizando a relação na pessoa e não no governo eleito. Como não tratamos de bebês mas de adultos com acesso crítico a informações, é fácil reconhecermos que as promessas não podem ser todas elas cumpridas, e isto não por má fé deliberada, mas por terem origem em uma ilusão de onipotência eleitoreira propalada para ser suporte às ilusões das pessoas que buscam seus melhores candidatos. Como suporte da ilusão de onipotência eleitoreira os candidatos recebem os votos que portam resquícios das ilusões dos eleitores. Em casos favoráveis, ao longo dos governos, facilmente poderíamos passar a uma desilusão constitutiva pelo reconhecimento dos limites de cada governante eleito, submetido aos testes da realidade e do tempo restrito de cada mandato.

No entanto, não é difícil notarmos que estas duas ações (magia e alucinação) são buscadas corriqueiramente por nossos políticos. Por magia entenda-se falseamento da realidade e tentativas de se desresponsabilizar por quaisquer equívocos ou incapacidades do governo. Por alucinação entenda-se a cegueira complementar à desresponsabilização dos políticos, fazendo com que os eleitores não enxerguem ou tolerem qualquer crítica ao seu governante. Todos nós já assistimos ao repetido número de magia no qual se retira debaixo de um pano a placa inaugurativa de um hospital – para aplauso entusiasmado do séquito ali reunido. Ou ainda ao mais atual espetáculo de se mostrar em slides a construção de ferrovias e portos em um país próspero. A parte delirante complementar a estes números

seria os cidadãos enxergarem atrás daquela placa ou slides prédios e estruturas prontas para serem usadas, esquecendo-se da realidade que cobra seu preço para tornar-se concreta.

Na situação atual reconheço dois momentos em que o governo agiu buscando sustentar sua posição como objeto parcial que só pode ser amado, utilizando uma negação da realidade que terminaria por provocar efeitos psíquicos deletérios adiante. Estes momentos têm basicamente a mesma forma e conteúdo, ainda que efetuadas por presidentes distintos. O primeiro diz respeito à negação por parte do ex-presidente Lula de que conhecia o “esquema do mensalão” executado pelo então ministro da Casa Civil José Dirceu. O segundo é a negação da ex-presidente Dilma de qualquer responsabilidade pelos equívocos na direção econômica do país e seu desconhecimento dos rombos causados à Petrobrás nos esquemas de corrupção e financiamento de campanha.

Considerando especialmente o ex-presidente Lula, parece-me impossível crer que alguém com sua história, sua inteligência, seu domínio do grupo político que o elegeu e apoiou ao longo de décadas, simplesmente desconhecesse aquelas ações. Negar suas responsabilidades nestes esquemas de apoio político e gestão equivocada foi, ao meu ver, uma busca por manterem-se como objeto parcial, produzindo um falseamento da realidade com intenções de se desvincular e desqualificar os “outros”, aloprados ou coxinhas, que cometeram, investigam ou divulgam seus erros.

Negar esta responsabilidade foi manter no infantilismo grande parte da população, exigindo ares de mágico para fazer aparecer apenas os milagres sociais ou a complacência de delirantes, para que não notássemos os descaminhos com a coisa pública. Para além de se exigir irrestritamente uma administração proba, a questão que favoreceria nosso amadurecimento político seria o de justamente assumir os erros, demonstrando e compartilhando responsabilidades com vistas à transformação processual dos modos de se fazer política e gerir o bem público. Como bem afirmou Tales Ab’Sáber (2016) a respeito do esquema do mensalão descoberto em 2005:

Assumir a própria corrupção, expor o estado geral de corrupção e ser protagonista da reforma que o País estava pedindo. Só o PT poderia fazer isso, porque Lula estava forte. E porque Lula construiu o seu lugar político como crítico à corrupção brasileira. Tinha toda a legitimidade para fazer isso. Era uma jogada complexa, mas mudava completamente a posição de ser aquele político tradicional

brasileiro, que é pego em esquemas de desvio de dinheiro público, fica negando, e espera controlar a Justiça para apagar o processo. Nesse sentido, há algo de verdade na crítica da direita. Isso reproduz o velho Brasil. O que não é verdade é a direita dizer que não participa disso. Ela participa. O problema é que o PT não pôde revelar esse processo do Brasil e ser protagonista disso. Ele virou objeto desse processo e não sujeito.

Não promover uma desilusão naquele momento, ainda que trouxesse um ódio condizente à situação e a seus agentes, impediu o reconhecimento dos vícios políticos que ultrapassam o governo petista, sendo antes práticas rotineiras. A negação irrestrita impediu um caminho de transformação do modo como direita e esquerda governam no Brasil, tendo como agente partícipe a população informada e esclarecida destes erros, sua origem e árduo caminho de mudança. Uma oportunidade de desenvolvimento democrático foi perdida nestas situações.

No meu modo de ver, as negações de Lula e Dilma produziram ainda um outro efeito colateral. Ao negarem seus erros e insistirem apenas na afirmação de seus méritos, dificultaram a síntese que os tornaria objetos reais, favorecendo uma cisão entre amor e ódio. Com isso, eles poderiam ser ou apenas amados ou apenas odiados. A capacidade de síntese foi dificultada por estes agentes políticos, uma vez que se recusaram a serem tratados como objetos inteiros.

Em contraponto à desilusão que favorece o reconhecimento da realidade e seus limites, esse falseamento promoveu o que posso chamar de desilusão drástica. Isto é, uma desilusão feita às próprias custas de cada pessoa, desconstruindo a ilusão prévia depositada no governante e amalhando nas informações disponíveis aquelas que serviriam à formação de um juízo próprio. No entanto, sob o domínio imperativo da cisão entre ódio e amor, o campo mesmo da informação foi contaminado por tal marca. De um lado a defesa amorosa, apegada aos méritos e encastelada na justificativa da perseguição. De outro, o ataque odioso, o apego restritivo aos deméritos e a exposição midiática contínua como arma de ataque. Formou-se um ambiente sectário marcado pela ofensa, desqualificação e miopia recíprocas. O bom pertence ao meu lado e o mau ao outro.

Esta desilusão drástica, motivada pela negação absoluta das responsabilidades e o apego à parcialidade de relação, foi, penso eu, um dos determinantes da assunção do

discurso de ódio no debate político atual. Notei-o dentre antigos eleitores do PT que não assumiram a postura do amor incondicional, revertendo-se ao ódio também incondicional. Vi-lo fortalecido pelos eleitores de direita, cuja raiva ou revanchismo foram alçados à dimensão do ódio diante do que, para eles, era desfaçatez e não desilusão drástica.

A direita tem responsabilidades na criação, veiculação e manutenção do sectarismo e ódio beligerante no debate político, mas, infelizmente, penso que também os governantes petistas colaboraram com o incremento do ódio ao exigirem de seus eleitores uma adesão irrestrita à parcialidade amorosa, negação dos erros e incapacidade da autocrítica favorável à desilusão constitutiva.

Diante da desilusão drástica outros movimentos psíquicos surgiram como forma de se estancar o desamparo: a passividade atônita, a necessidade compulsiva por notícias e a identificação adesiva.

A passividade atônita diz respeito ao ultrapassamento da capacidade de síntese decorrida da incongruência entre os discursos de ataque, defesa e contra-ataque odioso efetuados pelos grupos políticos antagônicos. Incapazes de assumir um ou outro lado, de escolher entre o amor incondicional e o ódio incondicional, a passividade surge como um pedido para se ficar em campo neutro no meio desta batalha. O campo neutro de quem está aturdido, desesperançado e descrente ante aos excessos e incoerências que testemunha.

Talvez como variante no interior desta passividade via-me quase compulsivamente necessitando buscar informações, ler mais jornais, assistir a mais e diversificados telejornais, escutando comentaristas políticos de posições diversas, tudo para tentar formar uma narrativa capaz de estancar a dor advinda da desilusão drástica. Onde e em que ponto as histórias divergentes começam? De que modo intenções contraditórias se justificam? Quais os interesses em jogo? Perguntas cujas respostas eu tentava tecer emendando opiniões e notícias, mas sem grande resultado. As notícias nasciam inflamadas demais para se ligarem umas às outras, especialmente se considerarmos que minha capacidade de síntese estava comprometida pela cisão provocada no campo da negação cínica e no ataque desqualificador. Meses de muito sofrimento psíquico sob os efeitos da desilusão drástica.

Uma saída que vi surgir, mas da qual não tomei parte em meio a este campo minado, foi o da identificação adesiva. Nas manifestações favoráveis ao PT surgiam centenas de

“Dilmas”, pessoas vestindo camisetas com fotografias da presidenta, assumindo sua defesa e reagindo aos ataques como se fossem a própria Dilma Rousseff. Os ataques eram sentidos como pessoais, feitos não à presidente eleita mas a cada cidadão identificado adesivamente a ela neste campo de cisão beligerante. De modo complementar, nas manifestações contrárias ao PT o rosto a ser assumido foi o do juiz Sérgio Moro, tomando-o concretamente sob esta identificação adesiva. Obviamente que tal movimento impede qualquer afastamento crítico em relação aos fatos, ideias e posições políticas defendidas por cada grupo. O efeito desta identificação adesiva foi tornar pessoalizada qualquer forma de discussão política, transformando opinião contrária em ataque pessoal direto. Onde antes havia grupos familiares divergentes surgiram hostes combatentes, multiplicando Dilmas e Sérgios através da identificação adesiva com estes agentes considerados de forma parcial e absoluta, uma vez que me adesivo a eles.

Estas foram as interpretações que pude fazer destes fenômenos políticos ocorridos, partindo de minha implicação subjetiva com os agentes envolvidos nestes acontecimentos, tendo pelo meio o pensamento winnicottiano que me auxiliou a atravessar a dor da desilusão através da escrita.

Referências

- Ab’Sáber, T. (2016). “Todos os vínculos foram explodidos” – Entrevista com Tales Ab’Sáber. *Revista Brasileiros*. Recuperado em 15 jul. 2016, de: <http://brasileiros.com.br/2016/04/todos-os-vinculos-foram-explodidos/>.
- Frayze-Pereira, J. A. (2005). “A flutuação do olhar: Artes Plásticas e Psicanálise Implicada”. In: *Arte, Dor: Inquietudes entre Estética e Psicanálise* (2ª ed). Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Jornal Estadão (2016). Entrevista com presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto. Recuperado em 11 set. 2016, de: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-do-instituto-lula-diz-que-foi-procurado-por-varias-empresas-imp-,1636804>.
- Winnicott, D. W. (1975). “Objetos transacionais e fenômenos transacionais”. In: *O brincar e a realidade*. RJ: Imago.